



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 6 de maio de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Polo Industrial de Manaus registra faturamento de US\$ 9,3 bilhões no trimestre 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Panorama Econômico 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo quer desindexar a economia 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO FOXCONN QUER ANTECIPAR IPAD "NACIONAL" 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO NOVO RUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DIVIDE OPINIÕES 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO ESTADOS REJEITAM TROCAR FIM DE INCENTIVOS FISCAIS POR OBRAS 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Polo Industrial de Manaus fecha trimestre com faturamento superior a R\$ 9 bilhões 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ONLINE Câmbio e custos derrubam rendimento da exportação 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Presidente do BC diz que é hora de comprar menos 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA.COM Foxconn quer antecipar iPad "nacional" 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA PIM registra faturamento de US\$ 9,3 bilhões no trimestre 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Polo Industrial de <u>Manaus</u> registra faturamento de US\$ 9,3 bilhões no trimestre	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL

05 Mai 2011 . 13:15 h . Com informações da assessoria . portal@d24am.com

Em março, o faturamento da indústria somou US\$ 3,4 bilhões contra US\$ 3 bilhões de fevereiro (alta de 14,46%) anterior e superando em 20,24%, os US\$ 2,9 bilhões de março do ano passado.

[i] PIM faturou mais de 9 bilhões de dólares no primeiro trimestre. Foto: Evandro Seixas/ Acervo-DA

Manaus - Com um faturamento de US\$ 9,3 bilhões, o Polo Industrial de **Manaus (PIM)** teve o melhor primeiro trimestre da história, atingindo um crescimento de 25,74% sobre o igual período do ano passado, quando atingiu US\$ 7,4 bilhões. Os dados com os números até março são dos Indicadores de Desempenho do **PIM** levantados mensalmente pela **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**.

Em março, o faturamento da indústria somou US\$ 3,4 bilhões contra US\$ 3 bilhões de fevereiro (alta de 14,46%) anterior e superando em 20,24%, os US\$ 2,9 bilhões de março do ano passado.

Até março, a geração de empregos no **PIM** totalizou 113.211 vagas diretas, um crescimento de 14,44% em relação a março do ano passado quando foram gerados 98.923 postos. Em relação a fevereiro de 2011, que registrou 112.368 empregos, a variação é de 0,75%. “Os últimos dados dos Indicadores de Desempenho do **PIM** confirmam as previsões do corpo técnico da **SUFRAMA** de que 2011 baterá todos os recordes de 2010, tanto de faturamento quanto de empregos”, afirmou a **Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Skrobot Barbosa Grosso**.

O polo Eletroeletrônico (exceto Bens de Informática) teve faturamento de US\$ 2,9 bilhões no trimestre, alta de 20,15%, sobre o faturamento do igual período de 2010 (US\$ 2,4 bilhões). Em março as indústrias do setor faturaram US\$ 1,15 bilhão contra

US\$ 1 bilhão de março do ano passado. O setor de Bens de Informática totalizou até março US\$ 873 milhões, contra US\$ 692 milhões, do primeiro trimestre de 2010, a diferença é de 26,18%

No polo de Duas Rodas, o valor somando foi de US\$ 2,135 bilhões de janeiro a março, superando em 41,84% os US\$ 1,505 bilhão do igual trimestre do ano passado. No mesmo período, o setor Químico teve crescimento de 20% ao somar US\$ 1,165 bilhão, sobre US\$ 970 milhões do primeiro trimestre de 2010.

Produzida em ritmo cada vez maior, a TV com tela de cristal líquido (LCD) bateu as 1,8 milhão de unidades, registrando alta de 11,64% em relação ao primeiro trimestre do ano passado com 1,6 milhão de unidades. A **produção** de players para DVD e Blu-Ray atingiu 1 milhão de unidades no trimestre, alta de 33,86% sobre 802 mil unidades do igual período do ano passado. Cresceu também a **produção** de telefones celulares, em 46,96%, no trimestre com uma **produção** de 4,9 milhões.

A **produção** de motocicletas de janeiro a março foi de 461 mil unidades, uma alta de 37% sobre as 336 mil motos produzidas no primeiro trimestre do ano passado.

Pelo quarto dia, Bolsa cai e dólar sobe, com inflação e dados ruins dos EUA

Moeda tem maior alta diária desde outubro. Na semana, queda da Bovespa é de 4,1%

Lucianne Carneiro, Martha Beck e Patrícia Duarte*

RIO e BRASÍLIA. Pelo quarto dia seguido, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda, enquanto o **dólar** subiu. O Ibovespa, referência do **mercado**, recuou 0,33%, aos 63.407 pontos, acumulando perda de 4,12% no mês de maio. Já o **dólar** avançou 1,24% ontem, para R\$1,625, a maior

alta diária desde 19 de outubro, quando tinha subido 1,26%. A valorização da moeda americana na última semana chegou a 3,30%. A maior aversão a risco no **mercado** internacional tem pressionado tanto a Bolsa quanto o **dólar**.

- Os preços de commodities recuaram e o aumento dos pedidos de auxílio-desemprego trouxe maior receio sobre a recuperação da economia americana. Somado a isso, temos o cenário inflacionário preocupante aqui dentro - afirmou o gestor de renda variável da Máxima Asset Management, Felipe Casotti.

O número de pedidos de auxílio-desemprego nos Estados Unidos chegou ao maior nível em oito meses, de 474 mil, muito acima da projeção de **mercado** de 410 mil.

Já o recuo do preço do petróleo no **mercado** internacional puxou as ações de Petrobras e OGX. OGX ON (ordinária, com voto) recuou 4,28%, a R\$14,55, a segunda maior queda do Ibovespa. Petrobras PN (preferencial, sem voto) caiu 3,36%, a R\$24,47, enquanto Petrobras ON, perdeu 2,72%, a R\$27,54.

Já as ações ordinárias de Cielo e Redecard escaparam do tom negativo do **mercado** - com alta de 11,18% e 6,38%, respectivamente. O balanço divulgado pela Cielo para o primeiro trimestre veio acima do esperado pelo **mercado**, com margens melhores que as expectativas, aumentando a confiança no setor de cartões.

Governo vai manter

ações contra dólar baixo

O **dólar**, por sua vez, foi novamente pressionado pelo aumento da aversão a risco, além da repatriação de recursos de investidores estrangeiros e pelo impacto acumulado das medidas do governo para conter a queda da moeda americana.

Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, garantiu que o governo continuará tomando medidas para conter o derretimento do **dólar**. Ele negou que a equipe econômica tenha jogado a toalha no câmbio para deixar o enfraquecimento da moeda americana ajudar a conter pressões inflacionárias.

- Continuaremos persistindo de modo a evitar excesso de entrada de capitais. Quando for necessário, tomaremos mais medidas - disse ele.

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, no entanto, adiantou que não faz parte do cardápio impor alguma quarentena para **dólares** que entram no **mercado** doméstico (estabelecer prazos para que investidores que trouxerem moeda americana possam retirá-la do Brasil). O chefe da autoridade monetária ressaltou ainda que o forte ingresso de capital estrangeiro no país é um movimento temporário e alertou os investidores para eventuais riscos que eles podem correr se o fluxo de **dólares** para o país se reverter, mas destacou que o país está preparado para esse movimento graças ao elevado nível das reservas.

Mesmo mostrando que a Selic é o instrumento clássico da política monetária, Tombini afirmou ontem que a instituição continuará usando medidas de restrição ao crédito, as chamadas macroprudenciais, para combater a inflação. Segundo ele, essas ações têm impacto no consumo, mas ainda não surtiram efeito completo na economia.

Tombini: "Meta de inflação se cumpre no fim do ano"

O governo começou a adotar medidas macroprudenciais no início de dezembro do ano passado. Na ocasião, o BC limitou e encareceu a concessão de crédito de longo prazo para bens de consumo duráveis.

- Em nenhum momento o BC abdicou de seu instrumento (a Taxa Selic). Não abriremos mão das macroprudenciais doravante. Vamos atuar com as macroprudenciais - afirmou o presidente do BC, que ontem participou de audiência pública na Comissão Mista do Orçamento do Congresso.

Tombini também mandou um recado aos críticos que preveem a inflação estourando o teto de meta - 6,5% pelo IPCA - nos próximos meses:

- Meta (de inflação) se cumpre no fim do ano - defendeu ele, acrescentando que a inflação entrará num

ritmo de convergência para o centro da meta, de 4,5%,
já a partir de maio, junho e julho.

(*) Com agências internacionais

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Panorama Econômico		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Samuel P. Guimarães - Representante-geral do Mercosul

"Queremos um amplo debate sobre o futuro do Mercosul e seus objetivos diante de uma nova conjuntura internacional".

Roger Agnelli - Representante da Vale

"Eu amo a Vale, eu amo o sonho de poder estar fazendo o que a gente fez até aqui. Mas hoje estou feliz do mesmo jeito".

INFLAÇÃO

Custo de vida é mais alto para os ricos, diz Dieese

O Índice do Custo de Vida (ICV) foi maior entre os mais ricos do que entre os mais pobre em abril, apontou o Dieese. O ICV do chamado estrato 3, que abrange o grupo de famílias com maior poder aquisitivo e cuja a renda média é de R\$ 2.792,90, apresentou alta de 0,87% no mês passado. Já o estrato 2, com renda média de R\$ 934,17, teve um IVC de 0,74% , enquanto o ICV do estrato 1, que tem renda média de R\$ 377,49, subiu 0,6%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo quer desindexar a economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Proposta tem como objetivo estimular a sociedade a trocar os indexadores dos contratos, que colaboram para o aumento do IPCA

Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Para enfrentar o aumento da inflação e dos juros no País, o governo está iniciando uma agenda para desindexar a economia. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, revelou que há estudos para mudar a dinâmica de reajustes no setor de serviços, que tem pressionado a inflação.

A intenção é estimular a sociedade a trocar os indexadores dos contratos que estão contaminando o IPCA, índice oficial de inflação e que baliza a política do Banco Central. O governo ainda sinaliza com a possibilidade de renegociar os contratos com as concessionárias de serviços públicos, para substituição dos indexadores, na medida que forem vencendo os atuais acordos.

A equipe econômica está convencida que o assunto terá que ser enfrentado junto com a sociedade, embora seja um tema complexo para a atual conjuntura. Isso porque, com a inflação fora do centro da meta fixada pelo Banco Central, os agentes econômicos e trabalhadores pressionam por reajustes de preços e salários com base na inflação dos últimos 12 meses.

"Precisamos começar a tirar a inflação passada. Nós estamos vivendo momentaneamente um problema de desvio da inflação do centro da meta. Mas quando a inflação começar a convergir para o centro da meta, a sociedade tem que discutir isso", afirmou o secretário ao Estado.

"Isso é uma agenda de médio e longo prazo da economia brasileira se quisermos, um dia, convivermos com inflação muito baixa", completou.

O esforço é para evitar que contratos atrelados a índices de preços, como o IGP-M, distorçam a formação do IPCA. O governo pode renegociar contratos com concessionárias de serviços públicos e tentar rever a política de reajuste de preços monitorados. Tudo sem rupturas dos atuais contratos, destaca o secretário. "Se não houver instabilidade na decisão ou contratual e, se ambas as partes acharem prudente, não tem porque não fazer (a renegociação dos contratos)", disse Holland. Inicialmente, o governo está estudando o setor de serviços para conhecer a dinâmica de reajustes, que têm superado o IPCA.

Ele disse que o IPCA também está sendo contaminado por reajustes no atacado que, provavelmente, não chegarão ao varejo. "Isso gera distorção. É obvio que a gente tem como corrigir isso. O esforço é evitar que se use índices de preços que não correspondem ao índice de preço do consumidor", disse.

Segundo Holland, a tarefa do governo também passa por uma educação financeira das pessoas físicas e jurídicas. Ele espera que, com a inflação dentro do centro da meta, as pessoas passem, por exemplo, a recusar contratos de aluguéis indexados ao IGP-M, que distorcem o cálculo do IPCA e podem levar a uma decisão de aumento de juros pelo BC.

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou ontem que se a economia brasileira fosse menos indexada, a tarefa de enfrentar a alta dos preços seria menos árdua. "Talvez com um pouco menos de indexação fosse mais fácil", disse em audiência no Congresso.

Commodities. O secretário avaliou que a pressão inflacionária deve ser reduzida a partir deste mês. Para ele, o repasse da alta de preços das commodities para a economia doméstica deve enfraquecer. Outro fator que deve arrefecer a inflação nos próximos meses,

segundo o secretário, é a acomodação da economia brasileira num ritmo de crescimento em torno de 4,5%.

Para Holland, a inflação brasileira não é gerada por um descompasso entre oferta e demanda, preocupação já manifestada pelo Banco Central. "Se aconteceu, porque é difícil mensurar, foi momentâneo. Não é nossa perspectiva para frente acreditar que essa seria a explicação para inflação", afirmou.

O secretário não acredita que a valorização do real tenha grande influência na composição dos índices de preços. "Essa transferência câmbio/inflação tem um pouco de mito. Toda vez que o câmbio muda, afeta a

inflação doméstica de forma proporcionalmente baixa."
/ COLABORARAM FABIO GRANER E CÉLIA FROUFE

Proposta

MÁRCIO HOLLAND

**SECR. DE POLÍTICA ECONÔMICA DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA**

"Isso (que o governo vai propor) é uma agenda de médio e longo prazo da economia brasileira se quisermos, um dia, convivermos com uma inflação muito baixa."

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO FOXCONN QUER ANTECIPAR IPAD "NACIONAL"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresa manda carta a Dilma puxando de novembro para julho início da montagem local do tablet e do iPhone

Novo cronograma inclui exigências como rápida emissão de passaportes e equiparação de tablet a notebook pela Receita

VERA MAGALHÃES

DE SÃO PAULO

O dono e presidente da Foxconn, Terry Gou, mandou uma carta para a presidente Dilma Rousseff em que a empresa se dispõe a antecipar de novembro para julho o início da montagem do iPad e do iPhone no Brasil.

A produção brasileira do tablet e do smartphone da Apple faz parte da estratégia de ampliação da presença da gigante taiwanesa no Brasil. A Foxconn anunciou, ainda, um investimento de US\$ 12 bilhões em cinco anos em uma nova planta no país.

Na extensa carta que mandou a Dilma, o bilionário taiwanês apresenta uma série de novas exigências para antecipar a linha de produção dos aparelhos da Apple.

A empresa tem pressa em enviar 200 engenheiros e técnicos em eletrônica brasileiros para serem treinados na China. Para isso, quer que o governo garanta emissão imediata de passaportes.

O empresário reforçou ainda a pressão para que a Receita Federal defina -agora nesse prazo exíguo de dois meses- o enquadramento tributário do tablet.

O órgão hesita em classificar esses aparelhos como notebooks, pela inexistência de teclado físico. Essa equiparação levaria a uma redução de 9,25% de PIS e Cofins -daí a pressão da Foxconn.

Conforme a Folha informou no domingo, o plano de investimento apresentado pela empresa tem uma série de outras condicionantes.

A decisão de antecipar a montagem do iPad e do iPhone se deve, segundo a empresa, a razões mercadológicas.

A Apple já enviou ao país os primeiros lotes de componentes para montagem local do tablet, vindos da Ásia.

A produção será nas plantas que a Foxconn tem em Jundiá e Indaiatuba (SP).

Diante do novo cronograma, Dilma pediu aos ministros Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e Fernando PIMntel (Desenvolvimento) que marquem uma reunião com executivos da Foxconn, que deve ocorrer nas próximas semanas.

"É um cronograma ousado. O que estiver a nosso alcance nós vamos nos empenhar em viabilizar", disse Mercadante ontem à Folha.

No início, a Foxconn vai apenas montar os equipamentos no Brasil. A ideia, no entanto, é passar a produzir todos os componentes dos eletrônicos -chassi e tela de LCD- na nova unidade.

Em São Paulo, o governo do Estado já concedeu benefícios fiscais para fabricantes de eletrônicos, como isenção de IPI, redução de ICMS de 18% para 7% e incentivos para a compra de máquinas.

O governo paulista está na disputa também para abrigar a nova planta, para a qual a Foxconn fez exigências de logística e infraestrutura.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO NOVO RUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DIVIDE OPINIÕES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

João Villaverde | De São Paulo

A mudança de rota na política econômica, comandada pela presidente Dilma Rousseff há quinze dias, que coloca o combate à inflação como prioridade, dividiu economistas com passagens pelo Governo Federal em diferentes momentos. Aqueles mais próximos do mercado, com uma linha mais ortodoxa de pensamento econômico, receberam a notícia, publicada ontem no Valor, com entusiasmo, uma vez que, para eles, o combate à inflação passa, também, por um "leve freio" no ritmo da atividade. Já para aqueles que se inserem entre os de pensamento desenvolvimentista, o abandono, por parte da equipe econômica, de medidas alternativas à elevação mais incisiva dos juros básicos foi percebido como "arriscado".

Todos os economistas consultados pelo Valor afirmaram que o maior problema enfrentado pela equipe econômica é o risco de taxas mais altas de inflação produzirem um efeito em cascata na economia, que pode se alastrar por meio de reajustes salariais e mesmo por emissão de papéis privados no mercado financeiro com correção monetária. É a forma de combater esse risco, no entanto, que divide os especialistas.

Para um economista próximo ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, e ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, a avaliação da presidente Dilma, de "reduzir" a importância do câmbio, deixando a inflação em primeiro plano, "não considera que o efeito dos juros no crédito é cada vez menor, que pode ser controlado de maneira mais eficaz por medidas tomadas na origem", isto é, apertando as condições de financiamento do sistema financeiro. "Nossos juros já são altos demais em um mundo de juro zero", diz, "e colocar mais pressão aí não me parece coerente". Além disso, o

economista avalia estar "cedo demais" para abandonar a opção mista de combate à inflação por meio das medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central (BC) e elevações "mólicas" dos juros básicos.

Para um analista próximo a Alexandre Tombini, presidente do BC, a simples exposição recente deste - que, neste semana, deu longa entrevista à "Globonews" - e sua "tranquilidade" em falar sobre os juros na Comissão Mista de Orçamento, ontem, no Congresso, "indicam que a Dilma está dando mais força e liberdade ao BC". Isto, para o economista, indica que a "política monetária tradicional" - elevação de juros para deprimir a demanda e a atividade, de forma a reduzir o ímpeto de reajustes elevados de preços - voltou a nortear a política econômica.

Já para Gustavo Loyola, sócio-diretor da Tendências Consultoria e ex-presidente do Banco Central (1995-97), a mudança de rumo na política econômica demonstra que "finalmente caiu a ficha, no governo, que o maior risco que a presidente sofre, politicamente, é o descontrole inflacionário". Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação já atinge 6,3% nos 12 meses terminados em março, e deve beirar 7% no terceiro trimestre - o BC persegue a meta de 4,5% ao ano, com margem de até dois pontos percentuais para cima (6,5%).

Segundo José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator e ex-assessor da equipe econômica nos governos de José Sarney (1985-1990) e da gestão de Marcílio Marques Moreira na Fazenda (1991-92), o mercado "tende a ficar surpreso" quando vê divergências entre integrantes do governo.

"Os contratos de juros e câmbio negociados no mercado respondem muito às declarações do presidente do BC, do ministro da Fazenda, do presidente do BNDES, e, claro, da presidente Dilma", diz Gonçalves, "mas é natural que todos tenham divergências pontuais

quanto aos rumos da política econômica". "Se nos bancos, consultorias, universidades e mesmo nos jornais têm, por que é que no governo não poderia ter?", pergunta.

Para Gonçalves, no entanto, a recente coesão no discurso e na prática, envolvendo um novo direcionamento da política econômica, é **importante**. "Não há saída mágica para a valorização do câmbio e a trajetória da inflação. Tratam-se de problemas complexos, que precisam de opiniões divergentes para serem resolvidos.

A China não vai desaparecer, nosso crescimento não vai cair muito, e as pessoas continuarão consumindo.

Então é preciso lidar com a inflação em meio a uma discussão rica", diz.

De acordo com Loyola, a adoção de uma política "ativa" nos juros poderia ser atenuado já em 2012, com novos cortes. "Ver que há uma mudança de rumo, no entanto, é muito positivo. A era da mistura entre experimentalismo e tolerância parece ter acabado, o que é ótimo para quem defende uma economia com inflação baixa e sob controle", afirma.

Para um ex-diretor do BC, o foco na inflação, no entanto, vai durar até o momento em que as taxas mensais de inflação caírem - algo que, segundo estimativas do **mercado**, ocorrerá a partir deste mês. "A partir daí, a preocupação principal da equipe econômica voltará a ser o câmbio".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO ESTADOS REJEITAM TROCAR FIM DE INCENTIVOS FISCAIS POR OBRAS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marta Watanabe e Júlia Pitthan | De São Paulo e Florianópolis

A proposta do Governo Federal de trocar investimentos da União em obras de infraestrutura pelo fim de incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na importação deve enfrentar grande resistência dos Estados.

Carlos Martins Marques Santana, coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e secretário de Fazenda da Bahia, diz que essa proposta não é "politicamente factível". Essa discussão não envolveria todos os Estados e haveria o receio dos governadores de eventual contingenciamento dos investimentos federais prometidos.

O governo do Espírito Santo, que oferece o Fundap, tradicional incentivo capixaba que financia o ICMS devido na importação, diz que está aberto a discutir os incentivos fiscais locais, mas vê com restrições a proposta do Governo Federal de trocar o fim de benefícios por obras do Governo Federal.

O secretário da Fazenda do Espírito Santo, Maurício César Duque, diz que a premissa da discussão está errada. Segundo ele, estudo da consultoria Rosenberg & Associados diz que os incentivos fiscais contribuíram com apenas 0,9% do crescimento das importações nos últimos anos. O estudo diz que as compras do exterior estão aumentando em razão do câmbio e são resultado da recente recuperação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). "Não se pode partir do pressuposto que os incentivos estão provocando as importações", diz o secretário. O estudo da Rosenberg foi encomendado pela Associação Brasileira das Empresas de Trading (Abece) e apresentado pelo Espírito Santo na última reunião do Confaz.

Para Santana, o estudo pode se tornar um argumento a favor dos Estados na negociação sobre a mudança das alíquotas interestaduais de ICMS com o Governo Federal. O coordenador lembra, porém, que o estudo da Rosenberg ainda deverá passar pela análise de todos os Estados. "É preciso dizer também que há um consenso entre os Estados de que não deve haver incentivos para proteger a indústria de fora do país em detrimento dos fabricantes nacionais."

A proposta de trocar o fim da guerra fiscal por investimentos federais também é criticada por Santa Catarina, outro Estado reconhecido pela grande oferta de benefícios de ICMS. O diretor geral da Secretaria da Fazenda catarinense, Almir Gorges, diz que o Estado ainda não recebeu nenhuma proposta do governo federal de revisão das políticas de benefício sobre o ICMS. Segundo o diretor, há intenção da Fazenda catarinense de ouvir com atenção propostas neste sentido.

Apesar da inclinação para discutir o assunto, Gorges revela que não seria vantajoso para o Estado trocar o montante recolhido com os instrumentos de estímulo, a exemplo do Pró-Emprego catarinense, por recursos para infraestrutura que viriam através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Essa questão da reforma tributária tem de ser discutida em um contexto, junto com outros Estados, que inclua na pauta a questão da dívida pública e do indexador de reajuste, os incentivos federais para os Estados do Norte e Nordeste e o ressarcimento sobre as exportações."

O diretor também lista a questão do comércio eletrônico na pauta de assuntos a serem debatidos. Segundo Gorges, SC deixa de arrecadar R\$ 30 milhões anuais em função do modelo atual de recolhimento do ICMS.

"Não temos como abrir mão desta arrecadação, que já está comprometida com folha de pagamento e custeio do Estado", diz. Segundo Gorges, a suspensão das políticas de incentivo poderia impactar em R\$ 800 milhões por ano a arrecadação dos cofres catarinenses. Uma medida mais ampla, que atingisse não apenas os itens de **importação**, mas o trânsito de produtos como um todo, poderia trazer um impacto de R\$ 2 bilhões por ano para Santa Catarina, estima Gorges.

Suspenso temporariamente, o Pró-Emprego ainda está em fase de reelaboração pela equipe da Fazenda catarinense. Segundo Gorges, a nova matriz deverá ficar pronta em maio.

Duque, secretário do Espírito Santo, também diz que o Estado está aberto para discussões. Para ele, é preciso saber como podem acontecer os investimentos federais em obras de infraestrutura. "Não sabemos se o investimento será oneroso, via financiamento, ou se será a

fundo perdido, por exemplo." Ele lembra que a arrecadação do **ICMS** sobre **importações** é representativa para o Estado, chegando a 26% do total arrecadado com o tributo.

Clóvis Panzarini, ex-coordenador de administração tributária da Fazenda paulista, considera difícil um acordo com troca de obras pelo fim da guerra fiscal. "Os Estados teriam de concordar em abrir mão de uma arrecadação que está sob sua administração por uma transferência de recursos que depende do governo federal."

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Polo Industrial de <u>Manaus</u> fecha trimestre com faturamento superior a R\$ 9 bilhões		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O desempenho representa, segundo a Suframa, o melhor primeiro trimestre da história

MANAUS – A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) afirmou, nesta quinta-feira (5), que o Polo Industrial de Manaus (PIM) registrou o melhor primeiro trimestre da história. Até março, os indicadores do modelo contabilizam o faturamento de US\$ 9,3 bilhões, com crescimento de 25,74%, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Durante o trimestre, a geração de empregos no PIM totalizou 113.211 vagas diretas. O número corresponde a um crescimento de 14,44% em relação a março do ano passado, quando foram gerados 98.923 postos. Em relação a fevereiro de 2011, que registrou 112.368 empregos, a variação é de 0,75%.

O polo Eletroeletrônico (exceto Bens de Informática) teve faturamento de US\$ 2,9 bilhões no trimestre, alta de 20,15%, sobre o faturamento do igual período de 2010 (US\$ 2,4 bilhões). Em março, as indústrias do setor faturaram US\$ 1,15 bilhão, contra US\$ 1 bilhão do ano passado. O setor de Bens de Informática totalizou até março US\$ 873 milhões, contra US\$ 692 milhões, do primeiro trimestre de 2010, a diferença é de 26,18%.

No polo de Duas Rodas, o valor somado foi de US\$ 2,135 bilhões de janeiro a março, superando em 41,84% os US\$ 1,505 bilhão do igual trimestre do ano passado. No mesmo período, o setor Químico teve crescimento de 20% ao somar US\$ 1,165 bilhão, sobre US\$ 970 milhões do primeiro trimestre de 2010.

Já a TV com tela de cristal líquido (LCD) bateu as 1,8 milhão de unidades, registrando alta de 11,64% em relação ao primeiro trimestre do ano passado com 1,6 milhão de unidades. A produção de players para DVD e Blu-Ray atingiu 1 milhão de unidades no trimestre, alta de 33,86% sobre 802 mil unidades do igual período do ano passado. Cresceu também a produção de telefones celulares, em 46,96%, no trimestre com uma produção de 4,9 milhões.

A produção de motocicletas de janeiro a março foi de 461 mil unidades, uma alta de 37% sobre as 336 mil motos produzidas no primeiro trimestre do ano passado.

“Os últimos dados dos Indicadores de Desempenho do PIM confirmam as previsões do corpo técnico da SUFRAMA de que 2011 baterá todos os recordes de 2010, tanto de faturamento quanto de empregos”, afirmou a superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Skrobot Barbosa Grosso.

	VEÍCULO VALOR ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Câmbio e custos derrubam rendimento da <u>exportação</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A valorização do câmbio e o aumento de custos derrubaram a rentabilidade das exportações da grande maioria dos setores da economia no primeiro trimestre deste ano. De janeiro a março, o rendimento caiu em 19 de 24 segmentos acompanhados pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), a despeito de todos terem conseguido reajustar seus preços no exterior.

Um caso eloquente é o de metalurgia básica, que engloba os produtos siderúrgicos. No primeiro trimestre, os preços de exportação subiram 20% em relação ao mesmo período do ano passado, mas a alta de 17,5% dos custos e a valorização do real de 8% fizeram a rentabilidade recuar 5,5%. Há casos em que a queda do rendimento das vendas externas superou dois dígitos - no de material eletrônico e comunicações, atingiu 11%.

"Na maior parte dos setores, o aumento de preços das exportações tem sido insuficiente para compensar a valorização do câmbio e a alta de custos, especialmente de insumos e salários", resume o economista-chefe da Funcex, Fernando Ribeiro. A alta das matérias-primas manteve os custos em elevação no primeiro trimestre, enquanto o aquecimento do mercado de trabalho tem levado a reajustes salariais expressivos.

O consultor em comércio internacional Welber Barral observa que as empresas que produzem manufaturados enfrentam limitações para aumentar os preços. "Nesse segmento, o Brasil tem competidores agressivos, como a China, Índia, Coreia do Sul e os próprios Estados Unidos com o dólar desvalorizado". Há dificuldade para repassar aumentos de custos, observa Barral, destacando também a elevação dos gastos com logística, o que encarece despesas com serviços. "Para completar, há o câmbio valorizado."

Os poucos setores com aumento de rentabilidade nas exportações são produtores de commodities, como o

de extração de minerais metálicos. O segmento, que inclui o minério de ferro, viu o rendimento subir 61,5%.

Rentabilidade só cresce na exportação de commodities

Sergio Lamucci | De São Paulo

No primeiro trimestre, os ganhos de rentabilidade nas exportações se limitaram basicamente a alguns setores que exportam commodities - mas não a todos. O grande destaque foi o segmento de extração de minerais metálicos (que inclui o minério de ferro), cujo rendimento cresceu 61,5% nos três primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado, graças à elevação de preços de 112,5% no período.

Também tiveram bom desempenho o de agricultura e pecuária (onde está a soja), e o de extração de petróleo, beneficiado pela alta do produto no mercado internacional. Como minério de ferro, soja e petróleo têm hoje bastante peso na pauta de exportações do Brasil, a rentabilidade do total das vendas externas no primeiro trimestre subiu 5,1% em relação ao mesmo período de 2010. Um ganho enganoso, porque quase 80% dos 24% setores acompanhados pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex) tiveram queda de rendimento nos três primeiros meses do ano.

"A vida do exportador está muito difícil, com exceção de quem vende commodities", afirma Welber Barral, consultor de comércio internacional e ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento no governo Lula. Uma análise detalhada dos números sobre rentabilidade das exportações da Funcex mostra que até mesmo alguns segmentos que vendem ao exterior produtos primários amargam perda de rentabilidade. A do setor de celulose e papel registrou queda de 4,5% no primeiro trimestre, uma vez que a elevação dos preços de 11,9%

foi insuficiente para compensar a alta de custos de 8,4% e a valorização do câmbio de 8%.

O setor de produtos químicos é outro exemplo de um segmento **importante** ligado a commodities cujas **exportações** ficaram menos rentáveis nos três primeiros meses do ano - a queda foi de 2,6% em relação ao mesmo período de 2010.

O economista-chefe da Funcex, Fernando Ribeiro, diz que o maior peso do índice de custos da Funcex vem dos insumos de procedência nacional, que foram muito pressionados por conta da alta das matérias-primas no primeiro trimestre. Segundo ele, esses insumos representam, em média, 50% do custo total das empresas **exportadoras**. Algo como 20% vêm das despesas com salários, outros 20% se referem a gastos com serviços. Os 10% restantes, segundo ele, vêm de insumos **importados**.

Os **exportadores** de manufaturados mais elaborados enfrentam uma situação bastante delicada, especialmente porque já viram a rentabilidade de suas vendas externas recuar no passado. O rendimento do setor de máquinas e equipamentos caiu 6,7% no primeiro trimestre, recuo que se dá em cima de um tombo de 13% registrado em 2010.

Um cenário parecido se dá no segmento de veículos automotores, reboques e carrocerias. Depois de ficar 10% menor em 2010, o rendimento das vendas externas do segmento encolheu mais 7,6% de janeiro a março, sempre na comparação com igual período do ano anterior.

O economista Silvio Sales, consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que esses setores sofrem porque o **mercado** externo ainda "está pouco comprador", já que a economia global ainda está um pouco fraca, e ainda têm que enfrentar um câmbio valorizado. Esse cenário torna muito difícil repassar para os preços os aumentos de custos.

Para Barral, um problema da fraca rentabilidade das **exportações** de manufaturados é o desvio de investimentos para os setores ligados a commodities. "Quem fabrica produtos químicos, por exemplo, tende a focar nos mais básicos, já que começa a ficar muito caro agregar valor", diz ele, que mostra preocupação também com os elevados custos de logística no Brasil.

No curto prazo, Barral só vê como alívio possível para o **exportador** alguma redução da carga tributária que incide sobre as vendas externas. "O câmbio não deve mudar, num quadro de inflação pressionada, e a diminuição dos custos de logística não vai ocorrer de uma hora para a outra." Ele diz esperar que essas medidas de desoneração tributária sejam contempladas na nova versão da Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP), que o governo promete anunciar em breve.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Presidente do BC diz que é hora de comprar menos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, incentivou os brasileiros a adiar compras e aproveitar o juro alto para fazer aplicações financeiras. Ele refutou usar o real forte no combate à inflação, importando bens a preços baixos.

É hora de comprar menos e poupar, diz presidente do BC

Tombini prega redução do consumo com o objetivo de combater inflação

No fim de 2008, durante a crise mundial, Lula fez o contrário, ao apelar aos consumidores para que fossem às compras

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, incentivou ontem os consumidores brasileiros a adiar suas compras e aproveitar o momento de alta nos juros para poupar.

O consumo em alta contribui para aumentar preços e vem sendo combatido pelo governo por meio de medidas que deixam o crédito mais caro.

"Se quiser adiar o consumo, moderar o consumo para consumir mais para a frente, esse é o momento de fazê-lo", afirmou Tombini, durante audiência que reuniu três comissões da Câmara e duas do Senado.

Em dezembro de 2008, três dias antes do Natal e no auge da crise econômica mundial, o então presidente Lula pregou exatamente o oposto, com o objetivo de evitar que o país entrasse em recessão.

"Meu amigo e minha amiga, não tenha medo de consumir com responsabilidade (...) se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o 13º, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustrar seu sonho, com medo do futuro", disse Lula.

Ontem, além de sugerir a redução do consumo, Tombini incentivou as aplicações: "No ciclo de aperto em que nós estamos, você cria um incentivo para o poupador que vai ser mais bem remunerado nas suas aplicações."

Disse ainda que o BC está atento ao fluxo de dólares que têm entrado no Brasil. Segundo ele, esses recursos alimentam a inflação porque aumentam a oferta de dinheiro a ser emprestado.

Ele refutou a ideia de que o governo poderá usar o real forte como arma contra a inflação, já que seria mais barato importar e oferecer bens na economia brasileira a preços mais baixos.

Tombini descartou medidas drásticas, como a criação de prazos mínimos (quarentena) para que investimentos fiquem no país.

Ontem, o ministro Guido Mantega (Fazenda) disse que o governo continuará tomando medidas para evitar a valorização excessiva do real.

Mantega avalia que as medidas tomadas até agora (como a cobrança de imposto sobre empréstimos feitos no exterior) contribuíram para diminuir a entrada de dinheiro no Brasil e segurar a cotação da moeda.

Apesar de o BC ter indicado na ata do Copom novos rumos para a condução da política monetária, Tombini disse que não houve mudança na estratégia.

No documento, o Copom sinalizou que daria menos importância às medidas de restrição do crédito e focaria no aumento de juros.

Frases

"Se quiser adiar o consumo, para consumir mais para frente, esse é o momento de fazê-lo, quando o rendimento das aplicações financeiras está em elevação"

ALEXANDRE TOMBINI

Presidente do BC, ontem

"Se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o 13°, está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustrar seu sonho, com medo do futuro"

LULA

Então presidente, em dez.2008

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO Foxconn quer antecipar iPad "nacional"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresa manda carta a Dilma puxando de novembro para julho início da montagem local do tablet e do iPhone

Novo cronograma inclui exigências como rápida emissão de passaportes e equiparação de tablet a notebook pela Receita

VERA MAGALHÃES

DE SÃO PAULO

O dono e presidente da Foxconn, Terry Gou, mandou uma carta para a presidente Dilma Rousseff em que a empresa se dispõe a antecipar de novembro para julho o início da montagem do iPad e do iPhone no Brasil.

A **produção** brasileira do tablet e do smartphone da Apple faz parte da estratégia de ampliação da presença da gigante taiwanesa no Brasil. A Foxconn anunciou, ainda, um investimento de US\$ 12 bilhões em cinco anos em uma nova planta no país.

Na extensa carta que mandou a Dilma, o bilionário taiwanês apresenta uma série de novas exigências para antecipar a linha de **produção** dos aparelhos da Apple.

A empresa tem pressa em enviar 200 engenheiros e técnicos em eletrônica brasileiros para serem treinados na China. Para isso, quer que o governo garanta emissão imediata de passaportes.

O empresário reforçou ainda a pressão para que a Receita Federal defina -agora nesse prazo exíguo de dois meses- o enquadramento tributário do tablet.

O órgão hesita em classificar esses aparelhos como notebooks, pela inexistência de teclado físico. Essa equiparação levaria a uma redução de 9,25% de PIS e Cofins -daí a pressão da Foxconn.

Conforme a Folha informou no domingo, o plano de investimento apresentado pela empresa tem uma série de outras condicionantes.

A decisão de antecipar a montagem do iPad e do iPhone se deve, segundo a empresa, a razões **mercado**lógicas.

A Apple já enviou ao país os primeiros lotes de componentes para montagem local do tablet, vindos da Ásia. A **produção** será nas plantas que a Foxconn tem em Jundiá e Indaiatuba (SP).

Diante do novo cronograma, Dilma pediu aos ministros Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e Fernando **PIM**ntel (**Desenvolvimento**) que marquem uma reunião com executivos da Foxconn, que deve ocorrer nas próximas semanas.

"É um cronograma ousado. O que estiver a nosso alcance nós vamos nos empenhar em viabilizar", disse Mercadante ontem à Folha.

No início, a Foxconn vai apenas montar os equipamentos no Brasil. A ideia, no entanto, é passar a produzir todos os componentes dos eletrônicos -chassi e tela de LCD- na nova unidade.

Em São Paulo, o governo do Estado já concedeu benefícios fiscais para fabricantes de eletrônicos, como isenção de IPI, redução de **ICMS** de 18% para 7% e incentivos para a compra de máquinas.

O governo paulista está na disputa também para abrigar a nova planta, para a qual a Foxconn fez exigências de logística e infraestrutura.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO PIM registra faturamento de US\$ 9,3 bilhões no trimestre		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os dados com os números até março são dos Indicadores de Desempenho do PIM levantados mensalmente pela Suframa

Manaus , 05 de Maio de 2011

ACRITICA.COM

Com um faturamento de US\$ 9,3 bilhões, o Polo Industrial de Manaus (PIM) teve o melhor primeiro trimestre da história, atingindo um crescimento de 25,74% sobre o igual período do ano passado, quando atingiu US\$ 7,4 bilhões. Os dados com os números até março são dos Indicadores de Desempenho do PIM levantados mensalmente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Em março, o faturamento da indústria somou US\$ 3,4 bilhões contra US\$ 3 bilhões de fevereiro (alta de 14,46%) anterior e superando em 20,24%, os US\$ 2,9 bilhões de março do ano passado.

Até março, a geração de empregos no PIM totalizou 113.211 vagas diretas, um crescimento de 14,44% em relação a março do ano passado quando foram gerados 98.923 postos. Em relação a fevereiro de 2011, que registrou 112.368 empregos, a variação é de 0,75%. “Os últimos dados dos Indicadores de Desempenho do PIM confirmam as previsões do corpo técnico da SUFRAMA de que 2011 baterá todos os recordes de 2010, tanto de faturamento quanto de empregos”, afirmou a Superintendente da Zona Franca de Manaus, Flávia Skrobot Barbosa Grosso.

O polo Eletroeletrônico (exceto Bens de Informática) teve faturamento de US\$ 2,9 bilhões no trimestre, alta de 20,15%, sobre o faturamento do igual período de 2010 (US\$ 2,4 bilhões). Em março as indústrias do setor faturaram US\$ 1,15 bilhão contra US\$ 1 bilhão de março do ano passado. O setor de Bens de Informática totalizou até março US\$ 873

milhões, contra US\$ 692 milhões, do primeiro trimestre de 2010, a diferença é de 26,18%

No polo de Duas Rodas, o valor somando foi de US\$ 2,135 bilhões de janeiro a março, superando em 41,84% os US\$ 1,505 bilhão do igual trimestre do ano passado. No mesmo período, o setor Químico teve crescimento de 20% ao somar US\$ 1,165 bilhão, sobre US\$ 970 milhões do primeiro trimestre de 2010.

Produzida em ritmo cada vez maior, a TV com tela de cristal líquido (LCD) bateu as 1,8 milhão de unidades, registrando alta de 11,64% em relação ao primeiro trimestre do ano passado com 1,6 milhão de unidades. A produção de players para DVD e Blu-Ray atingiu 1 milhão de unidades no trimestre, alta de 33,86% sobre 802 mil unidades do igual período do ano passado. Cresceu também a produção de telefones celulares, em 46,96%, no trimestre com uma produção de 4,9 milhões.

A produção de motocicletas de janeiro a março foi de 461 mil unidades, uma alta de 37% sobre as 336 mil motos produzidas no primeiro trimestre do ano passado.

*Informações foram repassadas pela assessoria de comunicação da Suframa